

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024**

Às dezesseis horas do vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, sala R4, 1º andar do bloco P da Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a sexta reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado instituído pelo Decreto nº 11.532, de 16 de maio de 2023, sob a presidência da Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, Secretária Adjunta do Tesouro Nacional, e as presenças dos seguintes membros indicados pelos órgãos que compõem o Comitê: Sra. Elaine de Melo Xavier, titular, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF); Sr. Leandro de Oliveira Albuquerque, titular, Ministério de Minas e Energia (MME), Sr. Jonathas de Alencar Moreira, titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Sr. Lucas Ramalho Maciel, titular, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Sr. Ayrton Galiciani Martinello, titular, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Sr. Rodrigo Martins Vieira, suplente, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sra. Cristina Fróes de Borja Reis, suplente, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE), Sr. Marcos Neves Torreão, suplente, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Participaram como convidados o Sr. Pedro Cunto, Assessor Especial - GM, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Sr. Marcelo F. Guimarães, Analista de Planejamento (MAPA), o Sr. Érico Rocha, Coordenador-Geral, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Sr. Alex Fabiane Teixeira, Coordenador-Geral da CCONF/STN. Participaram como representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sr. Luiz Fernando Alves, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP); Sra. Raquel Lima Pereira de Araujo Leite, Gerente de Relacionamento Institucional da COGEP; Sra. Cecília de Souza Salviano, Chefe de Projeto da COGEP; Sr. Ricardo José Macedo dos Santos, Auditor Federal da COGEP; Sra. Aline de Medeiros Dantas, Gerente de Suporte ao Risco Operacional da Dívida Pública Federal e a Sra. Cinthia de Fátima Rocha, Auditora Federal da COGEP. Não houve representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **ABERTURA:** A Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, iniciou a reunião com as boas-vindas aos membros e convidados. Colocou na ordem do dia a aprovação da Ata referente à 5ª reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), realizada em 27 de fevereiro de 2024, bem como os demais itens, quais sejam: ii) Relatório de pré-emissão 2024: apresentação e aprovação, iii) Elaboração do Relatório de Alocação e Impacto: informes, e vi) Informes gerais. **ITEM 1. Aprovação da Ata da reunião anterior.** A Secretaria Executiva do CFSS apresentou as alterações sugeridas pelos membros e informou que todas as alterações foram acatadas. Como não houve mais nenhuma alteração, foi aprovada a Ata da 5ª reunião do CFSS. **ITEM 2. Relatório de Pré-Emissão 2024: apresentação e aprovação.** Inicialmente, foram apresentadas algumas modificações no texto em relação à minuta enviada aos membros anteriormente, como a inclusão de um parágrafo referente ao

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024**

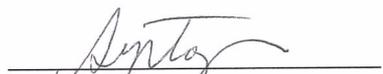
Fundo Clima e a modificação de um parágrafo a respeito das enchentes no Rio Grande do Sul. Foi informado que as sugestões de alterações no texto recebidas da SOF por *e-mail* foram incorporadas. No caso das sugestões recebidas por *e-mail* pelo MIDR, estas não foram acatadas, esclarecendo-se que as despesas sugeridas, relacionadas à gestão de desastres no Rio Grande do Sul, não estariam de antemão já enquadradas no Arcabouço. Na reunião, a Sra. Cristina Fróes, sugeriu algumas alterações em relação a termos usados no Plano de Transformação Ecológica, as quais foram todas incorporadas, e o Sr. Rodrigo Vieira também fez algumas sugestões de redação, que também foram acatadas. O Sr. Luiz Alves informou que seriam elaborados novos parágrafos nos trechos que mencionam, respectivamente, os eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e dos percentuais mínimos do Fundo Clima, e estes seriam encaminhados para aprovação *a posteriori* do CFSS, por mensagem eletrônica (e-mail). O Sr. Jonathas Alencar ressaltou o lançamento do Programa Nacional de Pastagens Degradáveis e questionou a possibilidade de captação de recursos nos moldes do Fundo Clima. Em resposta, foi comentado que Programas com finalidades sustentáveis promovem a diversificação das aplicações de recursos, podendo ser elegíveis no âmbito do Arcabouço para emissões de títulos públicos sustentáveis à medida em que reúnam as condições procedimentais e tecnológicas para a sua implementação. Feitos os esclarecimentos e sem manifestações adicionais sobre o texto do relatório pré-emissão, passou-se a palavra ao Sr. Luiz Alves, que explicou como foram feitos os cálculos referentes às tabelas de intervalos indicativos por categorias de despesas constantes do referido relatório. Nesse contexto, foram apresentados alguns testes de *stress* realizados a fim de avaliar a capacidade de alocação dos valores mínimos, à luz das projeções disponíveis para desembolsos nas categorias de despesas constantes do relatório. Em seguida, passou-se à discussão com os membros sobre os intervalos indicativos a serem considerados no relatório de pré-emissão, considerando-se a minuta que havia sido enviada anteriormente por e-mail e a possibilidade de ajustes em algumas categorias. Após a discussão do tema, o colegiado aprovou os seguintes intervalos indicativos globais: despesas ambientais de 50% a 60% e despesas sociais de 40% a 50% do total de recursos captados. Quanto aos intervalos por categorias de despesas, os intervalos aprovados, em proporção do total de recursos captados, foram: “Controle de Emissões GEE” de 4% a 5%; “Energia Renovável” de 30% a 34%; “Eficiência Energética” de 0,5% a 1%; “Transporte Limpo” de 13% a 17%; “Biodiversidade Terrestre e Aquática” de 1% a 2%; “Adaptação às Mudanças Climáticas” de 1% a 4%; “Economia Circular” de 0,5% a 1%; “Combate à Pobreza” de 36% a 46%; e “Acesso à Infraestrutura Básica” de 4% a 8%. O Sr. Leandro Albuquerque comentou sobre a necessidade de incorporação do biometano na categoria “transporte limpo” e infraestrutura de rede elétrica na parte de energia renovável. No grupo de despesas sociais, solicitou a inclusão de combate à pobreza energética na categoria relativa ao acesso à infraestrutura básica. Foi esclarecido que os itens contemplados no relatório de pré-emissão levaram em conta, principalmente, a

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024**

aderência do item ao Arcabouço e as previsões disponíveis de desembolsos em cada item no período 2024-2026. A Sra. Elaine Xavier levantou a questão das categorias vinculadas ao Ministério das Cidades, que por sua vez estão no âmbito do PAC, e se foram discutidas com aquele Ministério, considerando que trazem alto volume de investimento. Foi esclarecido que neste momento as discussões estão concentradas nos Ministérios que compõem o CFSS, mas que no futuro a intenção é trazer outros Ministérios para discussão. Esclarecidos todos os pontos levantados na discussão, passou-se para o próximo item da pauta. **ITEM 3. Elaboração do Relatório de Alocação e Impacto: informes.** Para iniciar, a Sra. Raquel Araujo lembrou que foram enviados em março dois “*templates*” para os membros do CFSS, um sobre o relatório de pré emissão e outro sobre o relatório de alocação e impacto (com solicitação de informações até março/24), sendo que este último deveria passar a ser atualizado mensalmente. A respeito deste segundo “*template*”, a Secretaria Executiva iria enviar em breve nova versão do “*template*”, com pedido dos dados mais atualizados, e com algumas poucas mudanças em relação ao anterior. A principal mudança seria a solicitação do valor pago, que passará a ser a variável chave, em vez do valor liquidado. Foi feita também a inclusão do quadro de população alvo na planilha de apoio, com o destaque de que sempre que for incluída uma despesa social, esta deverá indicar uma população alvo do quadro do Arcabouço. **ITEM 4. Informes Gerais.** A Secretaria-Executiva informou que enviará em breve uma lista com os nomes e e-mails de todos os membros, suplentes e equipe técnica, para validação, para assegurar uma adequada comunicação com os membros do colegiado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi considerada encerrada a reunião, registrando-se o agradecimento a todos os participantes. E para constar, eu, Cinthia de Fátima Rocha, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata, que será assinada pelos membros do comitê presentes na reunião.



Viviane Aparecida da Silva Varga
Presidente do Comitê, em exercício



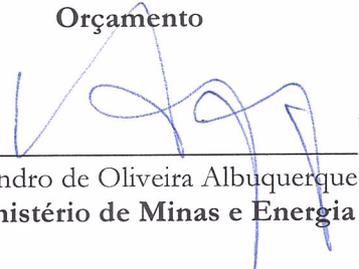
Ayrton Galiciani Martinello
**Ministério do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à
Fome**



Lucas Ramalho Maciel
**Ministério do Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços**

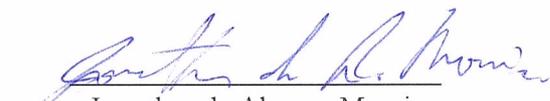


Elaine de Melo Xavier
**Secretaria de Orçamento Federal do
Ministério do Planejamento e
Orçamento**



Leandro de Oliveira Albuquerque
Ministério de Minas e Energia

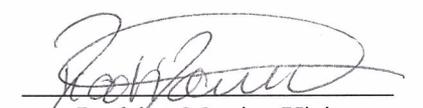
ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024



Jonathas de Alencar Moreira
Ministério da Agricultura e Pecuária



Marcos Neves Torreão
**Ministério da Integração e do
Desenvolvimento Regional**



Rodrigo Martins Vieira
**Ministério do Meio Ambiente e
Mudança do Clima**



Cristina Fróes de Borja Reis
**Secretaria de Política Econômica do
Ministério da Fazenda**